

A Educomunicação e a formação de professores na Rede Municipal de Educação de São Paulo: uma perspectiva crítica colaborativa

Sandra Santella de Sousa

Este texto traz o relato de pesquisa vivenciado no Mestrado Profissional em Educação – Formação de Formadores (FORMEP), da turma 6, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A proposta dessa pesquisa é compreender criticamente o desenvolvimento e as contribuições à prática docente do programa Imprensa Jovem (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo) na formação de professores. A Metodologia da pesquisa esteve pautada na Pesquisa Crítica Colaborativa (LIBERALI, 2004, 2009, 2015; MAGALHÃES, 2009, 2011), pois possibilita que todos da comunidade educativa tenham participação na gestão dos processos educativos, na medida em que apontam para a transformação da realidade a partir das necessidades reais em um espaço de colaboração para o desenvolvimento do grupo formativo.

Partimos das questões colocadas pela escola, onde os professores descreverem como um espaço caótico, em que dividem a atenção dos alunos com a mídia e

com as redes sociais, suas propostas pedagógicas não se sustentavam diante do quadro de desinteresse, indisciplina e violência, enquanto os jovens não encontravam espaço de ação e manifestação de seus interesses.

A permanência de um modelo de sociedade excludente, que está arraigada em nossa cultura escolar e, a realidade vivida pelos jovens das escolas municipais da periferia de São Paulo, empurra-os para as margens da sociedade, aumenta a vulnerabilidade e reduz suas expectativas.

Segundo (LIBERALI, 2015, p. 25) “pode-se dizer que a escola como microcosmo da sociedade mascara as relações de poder que regem as ações que a constituem”, e conclui que, somente a formação de professores, pode contribuir no entendimento e na compreensão desses poderes na tentativa de transformá-los. Com o intuito de promover o protagonismo juvenil, potencializar a comunicação e diminuir a violência nas escolas, a Secretaria Municipal de Educação (SME) publicou, em dezembro de 2009, a Portaria 5792/09, que define normas complementares e procedimentos para a implementação do “Programa nas Ondas do Rádio” nas Escolas Municipais.

como possibilidade de articulação do Programa com outros de natureza curricular que integram a Política Educacional da SME e a necessidade de desenvolver ações que promovam o protagonismo infante/juvenil, por meio da Comunicação Midiática e o uso das tecnologias para produção midiática.

(Diário Oficial, 15/12/2009, pág 09).

O referido programa fundamenta sua metodologia com as bases teóricas da educomunicação. A interface educação e comunicação se apresenta como possibilidade de transformação, pois abre espaço para o diálogo e ação crítica.

As bases teóricas da educomunicação encontram seu aporte na teoria de Paulo Freire “ninguém educa ninguém; ninguém educa a si mesmo. Os homens educam a si mesmos mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1974, p. 95), o autor ao propor uma educação transformadora, perpassa pela interação social, o diálogo e a abertura para o outro no confronto com a realidade.

Em consonância, e, a partir das leituras de Paulo Freire o comunicador Mário Kaplún, fundamenta sua teoria da “comunicação da autonomia” quando coloca, “se existe uma educação bancária, também existe uma comunicação bancária”. (KAPLÚN, 2002, p. 22).

A compreensão da formação de professores como prioridade na possibilidade de transformação da educação, na formação de jovens capazes de fazerem uma reflexão sobre as questões sociais e articular saberes a interferir em sua própria realidade é o ponto de partida de nossa discussão.

A ação educativa: Protagonismo Juvenil ou Agência?

Para entender o uso do termo protagonismo partimos da etimologia da palavra protagonista que, segundo Houaiss (2009) vem do grego *protagonistés*, formada pelos vocábulos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistes* (lutador, conquistador), aquele que combate em primeira fila ou o personagem principal de uma peça do teatro Grego, em outras palavras, significa ser o agente principal de um acontecimento, como também o indivíduo que tem papel de destaque em um ato.

No entanto, não recorremos a sua etimologia apenas para operação discursiva, mas para buscar entender que, na origem da palavra, o ator, ou jogador em combate ocupando a posição principal deve cumprir determinada ação que lhe é aspirada.

Assim, o apelo ao protagonismo vem sendo empregado no âmbito educacional com o propósito de motivar os jovens a ocupar posição de destaque atribuindo a responsabilidade de ação social. Nessa nova forma de participação não há espaço para protesto, visto que o próprio jovem protagonista é responsável por sua atuação na sociedade.

O objetivo geral do programa Imprensa Jovem “Promover o protagonismo juvenil por meio das tecnologias de informação e comunicação” (Diário oficial, 15/12/2009, pág. 09) vem se consolidando ao longo dos anos nas unidades escolares em que são realizados os projetos educacionais.

De cunho liberal o protagonismo juvenil, prescreve aos jovens sua participação e lhe confere a responsabilidade do sucesso ou do fracasso independentemente de suas condições sociais e da responsabilidade do Estado. Segundo Mézàros

(2008) a educação dos últimos 150 anos serviu, não somente, a manutenção dos valores capitalistas, como também, forneceu material para manutenção dos valores e operação da máquina.

Engestrom (2006) considera que operação do capitalismo reside em três formas: hierarquia, mercado e rede¹. As hierarquias são fortes e estão organizadas em tradição e produção em massa, no entanto, estão limitadas em sua rigidez. Já, o mercado que se apresenta flexível está limitado a sua própria competitividade, sua operação está centrada em ter vantagem e maximizar os ganhos. A rede, que deveria estar organizada em conexão e reciprocidade opera em competições individuais diante das constantes mudanças em busca de inovações. Essas formas de capitalismo são incapazes de operar na colaboração e na reciprocidade.

A referência ao liberalismo pode ser conferida nos estudos de Gee (2000) sobre o capitalismo, sendo que, no estilo do velho capitalismo, grandes corporações exerciam controle sobre o trabalhador e esse ocupava posição de inferir dentro da hierarquia.

Hoje, no novo capitalismo a hierarquia não é sentida, as unidades tornam-se menores, mais eficientes, mais focadas, mais promissoras, as pessoas devem mudar e se adaptar.

O que o novo capitalismo exige é que as pessoas vejam e se definam como um portfólio reorganizável das habilidades, experiências e conquistas que adquiriram através de seu espaço de trajetória como membros, da equipe, de comunidades de profissionais que operam como redes distribuídas para realizar um esforço conjunto. (GEE, 2000, pág. 59)²

1 O conceito de rede descrita por Engestron está relacionada à rede de trabalho de Barnatt Starkey, que persiste em uma forma de organização realizada em projetos particulares.

2 Tradução livre do inglês: What the new capitalism requires is that people see and define themselves as a flexibly rearrangeable portfolio of the skill, experiences, and achievements they have acquired though their trajectory projet space as team members of communities of proactice operating as distributed networks to accomplish a set endeavour which them terminats the community-see

O novo capitalismo não necessita do controle de nenhuma entidade, ele reside dentro do indivíduo, na instauração do medo e da responsabilidade do fracasso. Aqui a ação é centrada no sujeito sem levar em consideração a complexidade das relações sociais, o jovem é impulsionado a agir, e, a iniciativa individual é vista como solução dos problemas sociais, seus direitos tornam-se resultado de sua atividade.

Nessa perspectiva há o entendimento de que o Estado não é responsável por determinados serviços sociais, como a qualidade da educação, por exemplo, com o agravante do jovem ser retirado da luta pelas demandas sociais e criando uma rede benevolente da prestação de serviços.

É aí que podemos ver claramente os desafios históricos que temos de enfrentar, e não podemos assistir a atuação de indivíduos isolados, por entender que o desenvolvimento não está concebido do individual para o social, mas do social para o individual.

Para Freire “não é possível falar em ator, no singular, nem apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação (FREIRE, 2015, p. 173).

A concepção individualista burguesa da existência não é suficiente para retirar dela sua base social e histórica. Mulheres e homens, como seres humanos, são produtores de existência e o ato de produzi-la é social e histórico, ainda quando tenha sua dimensão pessoal (FREIRE, 1981, p. 93).

Entendendo o homem como um sujeito histórico, Freire convida os educadores a uma reflexão crítica da nova ordem, diante do neoliberalismo, visto como “fatalismo” e sua “vontade imobilizadora”, resta aos educadores “adaptar o educando a esta realidade que não poder ser mudada”. (FREIRE, 2015, p. 21). O que é preciso, é o treino técnico ao estudante para sua adaptação e sobrevivência. Freire (2015) nos propõe, em contrapartida a essa conjuntura uma discussão paradoxal, a partir da autonomia/dependência. Ora, dependentes, porque somos sujeito históricos, e então, a construção do ser autônomo, que se dá no

desenvolvimento do sujeito histórico, por meio da prática crítica, da educação democrática e libertária.

Machado (2015) ao conceituar autonomia, a partir dos referenciais freirianos, define:

Autonomia é um processo de decisão e humanização que estamos construindo historicamente, a partir de várias e inúmeras decisões que ocorreram ao longo de nossa existência. Ninguém é primeiro autônomo e depois decide. Autonomia é construída sobre a experiência de várias e inúmeras decisões que estamos tomando (MACHADO, 2015, p. 68).³

Desse modo, a autonomia é um ato participante, compartilhado, comunicado, construído historicamente por meio da crítica e da prática. O desenvolvimento do sujeito se dá por meio de processos sociais, não sendo possível o atuar sozinho no mundo. A educação para autonomia, segundo Freire, deve possibilitar ao estudante condições de construir sua própria produção, permeadas pelo diálogo, interação, vivendo em constante construção e convívio social.

O direcionamento proposto está pautado pela ótica de que o sujeito não está sozinho no mundo e suas ações estão relacionadas a sua condição histórica e social. Diante do exposto, começaremos a delinear um referencial teórico que nos dê suporte para buscar a compreensão de qual é a atuação dos estudantes nos projetos educacionais a partir do conceito de agência.

Partindo de Freire (1981) na busca da compreensão da ação do sujeito no mundo, encontramos o seguinte:

a ação é trabalho não por causa do maior ou menor esforço físico despendido nela pelo organismo que, atua, mas por causa da cons-

3 Tradução livre do espanhol: De esta forma, la autonomía es un proceso de decisión y de humanización que vamos construyendo históricamente, a partir de varias e innumerables decisiones que tomamos a lo largo de nuestra existencia. Nadie es primero autónomo para luego decidir. La autonomía se va construyendo en la experiencia de varias e innumerables decisiones que se van tomando

ciência que o sujeito tem de seu próprio esforço, da possibilidade de programar a ação, de criar instrumentos com que melhor atue sobre o objeto. Freire (1981, p. 63).

Freire (1981) explicita o conceito de práxis, a partir da ação consciente e intencional, da reflexão na ação, ou seja, capacidade do homem de transformar o objeto. Para o autor o homem se difere do animal, pela capacidade de ir além do estar “no” mundo, para a habilidade de transformação e de estar “com” o mundo.

Com base nisso, podemos afirmar que, agência expressa a capacidade do homem de agir sobre a natureza, transformar a realidade e, desse modo, transformando a realidade o homem se transforma.

Assim, atividade entendida como processo de ação intencional, já elucidados no início desta seção nos estudos de Vygotsky (2007, 2008) e Leontiev (2010) sobre a TASHC, em que os sujeitos interferem e modificam suas realidades, foi estudado e ampliado para o conceito de agência por Engestron (2006, 2008), Magalhães e Ninin, (2016) e Liberali (2017).

Os estudos de Magalhães e Ninin (2016) revelam o surgimento de diferentes tipos de agência, sendo elas: agência relacional, agência colaborativa, agência transformadora, e posteriormente o conceito elaborado por Liberali (2017) de agência desencapsuladora.

A agência relacional “envolve a capacidade do sujeito para oferecer e solicitar apoio a outros sujeitos” (MAGALHÃES e NININ, 2016, p. 629), o que se destaca é a disposição de interação dos sujeitos em uma ação conjunta e colaborativa, ainda que, em situações controversas. Na agência relacional o contexto de divergência pode ser trabalhado com negociações consensuais em um movimento constante de diálogo permeados por práticas dialéticas.

A partir do conceito de agência relacional, ampliamos para o conceito de agência colaborativa, que surge quando duas pessoas se juntam para solucionar um problema, que não conseguiram resolver sozinhas, nesse sentido a agência colaborativa transcende o contexto da atividade inicial.

O processo colaborativo envolve todos os sujeitos em uma atividade, que ao colaborarem, uns com os outros, trabalham para encontrar solução para um único problema.

Já, a agência transformativa, em respostas a situações de conflito, surge como uma ação intencional que rompe com quadros estabelecidos e geram mudanças. Engestrom (2006) ao se debruçar sobre a teoria de Vygotsky, TASHC, salienta que, os estudos sobre a etnografia interacionista fazem falta nas práticas humanas e orienta para o trabalho colaborativo e o diálogo, como uma proposta a transformação e melhoria da qualidade do trabalho humano.

A partir desse pressuposto Engestrom (2006) apresenta categorias de estudo da prática humana: Dupla estimulação, significa oferecer recursos auxiliares ao indivíduo para obter resposta a um problema apresentado; Fuga, no sentido de agência em movimento; *Mycorrhizae*, termo da biologia, que demonstra a relação entre raízes e fungos em uma ação benéfica para ambos e por fim a Mudança do objeto.

O resultado das relações entre as categorias de Engestrom estão apresentadas na figura abaixo:

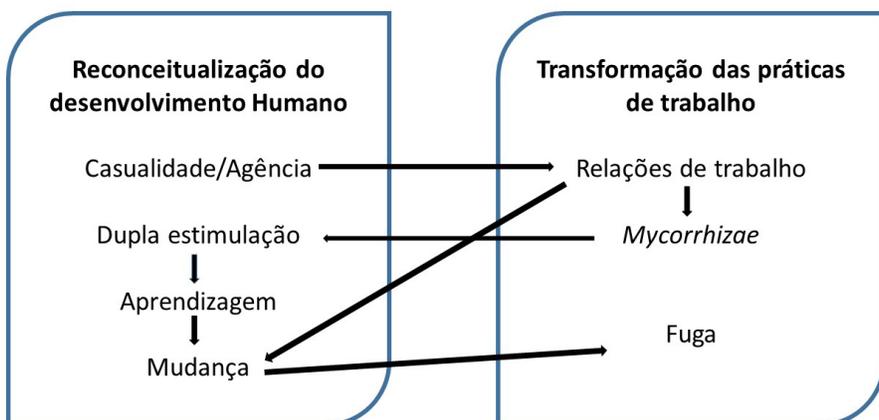


Figura 1: Adaptado do quadro síntese apresentado por Engestrom sobre Agência (2006, p. 38)

Vemos que, agência transformativa é construída, a partir de trabalhos de colaboração, em situações que os sujeitos têm que analisar, prever e redesenhar suas atividades mobilizando uma ação transformadora.

Agora, já relacionados alguns conceitos de agência, podemos avançar na discussão proposta por Liberali (2017), de agência desencapsuladora. Entendemos, aqui desencapsulação, processos de ensino-aprendizagem além das estruturas da organização escolar, permitindo a expansão das ações dos sujeitos, como também na superação de papéis cristalizados do ambiente escolar, por acreditar que todos os envolvidos no processo educativo são produtores de cultura e conhecimento independente do papel que lhe é atribuído.

Liberali (2017) propõe a construção de currículo transformadores, que rompa com os limites representacionais existentes, ampliando a atuação dos estudantes para além das tarefas que lhe são impostas. A desencapsulação constitui a possibilidade de agir para construção de novos significados em diferentes contextos sócios-histórico-culturais, significa romper com as estruturas de poder que permeia a ação educativa na escola.

Os estudos de Liberali (2017) assinalam para a reprodução dos valores capitalistas impostos pela globalização, como o desmantelamento das ações sociais e a criação da perversidade da pobreza, da fome, a mortalidade infantil, o analfabetismo e o aumento nas taxas de desemprego entre outros problemas sociais. Torna-se necessário a criação de espaços coletivos na criação de trabalhos críticos colaborativos, fundamentado no estudo dos problemas da realidade com a ação intencional para sua transformação como forma de vencer a imobilidade promovida por esse sistema.

Os estudos sobre a ação protagonista como preconizado nos princípios educacionais, nos permitiu entender como as ações escolares reproduzem modelos da sociedade capitalista conduzindo e sujeito para ação individual, nesse contexto não há espaço para a ação coletiva dos sujeitos.

Expandindo essa discussão, este trabalho propõe a construção a propostas escolares a fim de romper os limites, na ampliação de atuação dos estudantes, a partir do conceito de agência com o objetivo de pensar criticamente suas reali-

dades a fim de transformá-las. Para que ação dos estudantes ocorra é necessária uma escola que pense e permita a participação efetiva dos jovens.

A seguir apresentaremos a proposta do programa Imprensa Jovem, desenvolvida na RME-SP desde 2001, ancorado nos pressupostos teóricos educacionais.

Trajetórias do Programa Educomunicativo na Prefeitura Municipal de São Paulo

Nas escolas da Prefeitura de São Paulo o programa que teve início em 2001, se mantém até os dias de hoje. Passando por gestões de governo em oposição, em que se alteram os projetos e currículos para a cidade a proposta educacional se renova e se instaura como uma política educacional para a cidade.

O programa Educom.rádio: a Educomunicação pelas Ondas do Rádio surge, em 2001, no governo da prefeita Marta Suplicy, a partir de um contrato entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP, com o objetivo de combater manifestações de violência na escola; aumentar o vínculo Escola e Comunidade e garantir formação a todos os integrantes da equipe técnica e do corpo docente. (BORGES, 2009, p. 95)

O referido programa se estruturou com um círculo de palestras e oficinas e um curso de extensão universitária destinadas aos educadores disponibilizando 11.375 vagas para cursistas ao longo de três anos com carga horária de 100 horas, desenvolvidos pelo NCE USP, além de fornecer às escolas participantes um *Kit* de equipamento de rádio e suporte técnico (BORGES, 2009, p. 97).

O primeiro módulo das formações consistia em trabalhar o conceito de educação e o ecossistema educacional. O segundo, continha atividades sobre comunicação a promoção da cultura de paz e trabalhava as práticas laboratoriais em multimídia. O terceiro previa uma avaliação do percurso. (BORGES, 2009, p. 119)

Em 2004 com o fim da administração do governo Marta Suplicy, a publicação Lei Educom nº 13. 941, de 28 de dezembro de 2004 visava ampliar o uso do rádio e das tecnologias da comunicação a favor de projetos educativos, essa iniciativa garantiu na gestão Serra (2005-2006), Kassab (2006-2011) o atendimento aos projetos existentes por um professor que havia participado da formação inicial.

Nesse momento com a redução dos recursos financeiros e das formações para professores, somente as escolas que já haviam iniciado teriam continuidade. Então, a RME-SP leva a proposta educ comunicativa aos Professores Orientadores de Informática Educativa (POIEs), voltada para a linguagem das TICs, com a carga horária dentro da jornada do professor em uma hora/aula para cada turma, então, desse modo, foi garantido a continuidade dos projetos nas escolas. Em 2009 a publicação da Portaria 5792/09 da SME-SP altera a denominação do programa, que passou a se chamar Nas Ondas do Rádio e define normas, complementares, para a implementação de projetos educ comunicativos e adota como estratégias as seguintes medidas:

- I- Incentivo à elaboração de projetos Educomunicativos nas Unidades Educacionais que envolvam a linguagem impressa (jornal, mural, jornal comunitário, fotografia, *fanzine*, história em quadrinhos), radiofônica (rádios escolares), audiovisuais (cinema, vídeo) e digitais (*blog*, *podcast*), além de outras formas de comunicação que atendam a evolução tecnológica;
- II – Formação dos participantes do programa, por meio de cursos e formação continuada envolvendo professores, alunos e funcionários de cada Unidade Educacional.
- III – Produção de material didático e demais recursos utilizados e produzidos nos cursos e formação continuada. (Diário oficial, 15/12/2009, pág. 09)

A iniciativa permitiu a retomada das formações de professores, criou-se uma equipe de formação com os esforços na produção de subsídios para o planejamento e o desenvolvimento de diferentes modos de comunicação no interior das escolas da RME-SP.

No entanto, somente em 2013, na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), com o decreto 54.452/2013, que institui o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – “Mais Educação São Paulo” e a adesão ao Mais Educação Federal, criado pela portaria Interministerial nº 17/2007.

Nesse momento os projetos são retomados nas escolas da rede com o subsídio na formação de professores, recursos financeiros, além do suporte técnico. Os profissionais que realizam os cursos de formação passam a fazer um acompanhamento pedagógico e a oferecer suporte técnico presencial e/ou virtual. Muitas unidades escolares passam a aderir a linguagem educacional e o projeto se expande, chegando a alcançar a marca de 200 projetos desenvolvidos na RME-SP.

Em 2016 é publicada a portaria de SME-SP 7.991 de, 13 de dezembro de 2016, que define normas e procedimentos para a implantação do programa que troca de nomenclatura mais uma vez e passa a se chamar “Imprensa Jovem”, com o “objetivo de desenvolver ações que promovam o protagonismo infantil e juvenil, o direito à comunicação e a à liberdade de expressão por meio, inclusive, da apropriação de recursos midiáticos de aprendizagem” (Diário Oficial, 14/12/2016, pág. 09). A imagem abaixo ilustra, temporalmente, o percurso da trajetória do programa de educomunicação na RME-SP:

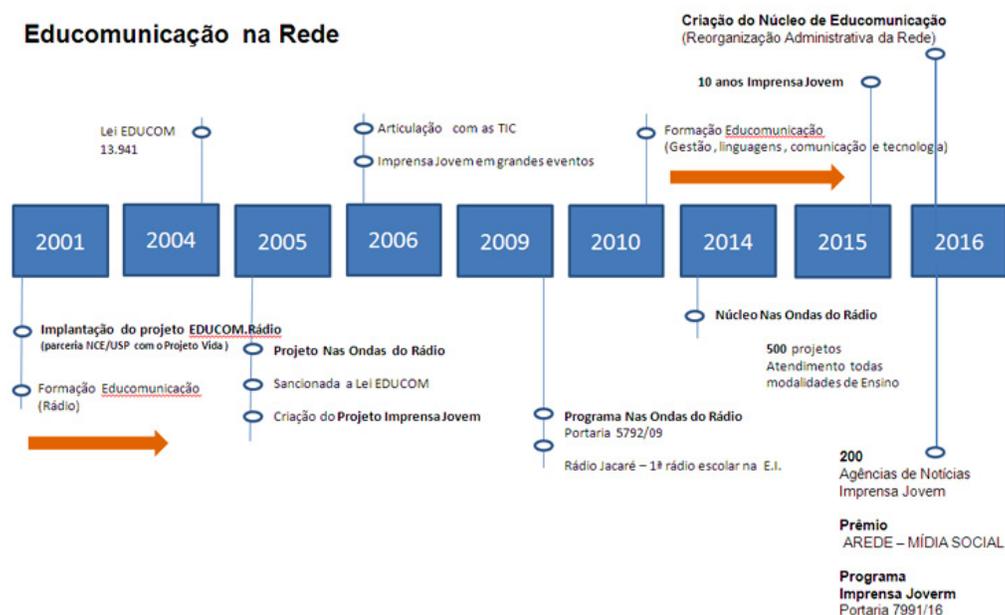


Figura 2: Legislação Educomunicação na Rede, disponível em <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Educomunicacao>, acesso 20/07/2018.

Nosso ponto de chegada e objeto de estudo. Hoje o núcleo de educomunicação da SME-SP se define como:

um setor integrado à Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação (SME), vinculado ao Núcleo Técnico de Currículo (NTC), tem como principal vetor ações formativas que visam a ressignificação do currículo escolar por meio da incorporação das linguagens da comunicação e de ações pedagógicas fundamentadas pela Educomunicação. (Disponível em <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Educomunicacao>, acesso em 17/07/2018).

No ano de 2018 são oferecidas quatro ofertas do curso, cada oferta com 200 vagas, atendendo, entre profissionais da organização escolar: gestão e quadro de apoio e professores de todos os segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Médio.

O objetivo das formações é apresentado no site da SME-SP:

O propósito dos cursos é formar educadores para o desenvolvimento de projetos educacionais nas escolas, ampliando seus conhecimentos sobre as linguagens da comunicação e aprofundando a reflexão sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea, de maneira que teoria e prática sejam permanentemente alinhadas. Compõem as diversas estratégias de formação a disponibilização de material de apoio didático aos educadores e estudantes da Rede. Estes materiais são produzidos pelo próprio Núcleo de Educomunicação para acompanhar as formações e oferecer subsídios informativos para o desenvolvimento de projetos e ações pedagógicas com as linguagens da comunicação e suas tecnologias. (SME-SP, disponível em <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/cursos-e-formacoes>, acesso 14/10/2018).

Os cursos oferecidos pelo núcleo, pode ser conferido na tabela abaixo⁴.

Linguagem	Curso oferecido
Rádio	Implementando Rádio Escolar
	Radiodramaturgia na Escola
	Nas Ondas do Vídeo
	Nas Ondas do Vídeo – <i>Stopmotion</i>
	Agente Cultural em mídia
Cinema	Cinema Brasileiro – Um panorama para o Educador
	Cinema como instrumento de formação cultural e cidadã
	Cinema na Escola – Cineclubes
	Cinema na Escola – Escrevendo Roteiro
Fotografia	Nas Ondas da Fotografia
	Nas Ondas da Fotografia – Fotojornalismo
Mídia Impressa	Jornal Impresso na Escola
	Jornal Mural e Literário
	HQ e Fanzine na Escola
Gestão	Imprensa Jovem – Criando Agência de Notícias na Escola
	Imprensa Jovem <i>On Line</i> - Educação à Distância (EAD)
	Imprensa Jovem – Leitura crítica da mídia
	Imprensa Jovem – Produção Jornalística
	Imprensa Jovem – Telejornalismo
	Produção de projetos Educomunicativos (modalidade EAD)
Mídia Digital	Blog e as redes sociais na escola
	Construindo Blog na Escola

4 Tabela criada a partir do conteúdo do site da SME-SP, disponível em <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/cursos-e-formacoes>, acesso em 14/10/2018.

Notamos que, a preocupação do núcleo em abranger toda a rede em nível regional e de modalidades educacionais é expressa pelo investimento em formação de professores, além do suporte técnico e do monitoramento dos projetos existentes.

Nosso trabalho concentra esforços na observação crítico colaborativa da formação docente oferecida pelo núcleo. Ao longo da pesquisa será possível quais as contribuições da formação oferecida pelo programa para a prática pedagógica.

Referências

BORGES, Cristina Goes Borges. Educomunicação e Democracia na Escola Pública: O educom. rádio e o planejamento. Dissertação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. Portugal, Portugal, Porto, 1999. Introdução e Capítulo 1 pag. 11-46.

GEE, James Paul. *New people in new worlds: networks, the new capitalism and schools*. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. Londres: Routledge, 2000.

ENGESTROM, Yrjo. *Development, Movement and Agency: Breaking away into Mycorrhizae Activities, Center for Activity Theory and Developmental Work Reserach. University of Helsink*. Finlândia, 2006.

KAPLÚN, Mário. *Una pedagogia de la comunicación: el comunicador popular. La Habana: Editorial Caminos, 2002.*

LEONTIEV, Alex N., VYGOTSKY. Lev Semenovitch, LURIA, Alexander Romanovich. Uma contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil, In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11ª Edição. São Paulo: Editora Cone, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? *Revista EduCativa*, Goiânia, vol. 9, n.1, pág. 25-46, jan/jun. 2006.

LIBERALI, Fernanda Coelho. As linguagens das reflexões. In MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão. Campinas, SP: Mercado das letras, 2004.

_____, Fernanda Coelho; MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. O Interacionismo Sociodiscursivo em pesquisas com formação de educadores. *Calidoscópio*, vol. 02, nº 02, pág. 105-112, jul/dez. 2004.

_____, Fernanda Coelho; MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; LESSA, Angélica Cavenaghi; FIDALGO, Sueli Salles. Educando para a cidadania em contexto de transformação. *THE ESPECIALIST*, São Paulo. vol. 27, nº 02, pág. 169-188. 2006.

_____, Fernanda Coelho. Formação crítica de educadores: Questões fundamentais. Campinas, SP: Pontes Editores, 3ª ed, 2015.

MARTÍN-BARBERO Jesus. Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro; UFRJ, 1997.

_____, Jesus. Desafios culturais da comunicação à educação. *Revista Comunicação & Educação*, São Paulo, pág. 51 a 61, maio/ago. 2000.

MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. *Autonomía*. In STRECK, Danilo (coordinador). Euclides REIDIN, Jaime José ZITKOSKI. *Diccionario*. Paulo Freire. Lima: CEAAL. 2015

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Contato: Brasília*, ano 01, p. 19-74, jan./mar. 1999.

_____, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. *Revista Comunicação & Educação*: São Paulo, ano 09, n. 02, p. 15-26, jul/dez, 2014.

VYGOTSKY. Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem; tradução Jefferson Luiz Camargo. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Consultas on line:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/cursos-e-formacoes>>. Acesso em 14/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=15122009P%20057922009SME%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&secr=29&depto=0&descr_tipo=PORTARIA>. Acesso em 17/07/2018.

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE, disponível em: <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=CH3QJGJKRO0Ee6KVBGTGRODLM7S&PalavraChave=Imprensa%20Jovem>>. Acesso em 17/07/2018.

Sobre a autora

Sandra Santella de Sousa - Formada em Letras e Pedagogia, especialista em Literatura e crítica literária e Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuante nas áreas de educação desde 2002, ingressante na Rede Municipal de Educação de São Paulo a partir de 2008, onde recentemente tem se dedicado na área de Educomunicação. Foi Coordenadora de Projetos no CEU Parque Anhanguera e formadora de professores da Diretoria Regional de Pirituba, colaborou na construção do currículo “Diálogos Interdisciplinares a Caminho a Autoria”. É associada à ABPEducom. Integra o grupo de pesquisa Linguagem em Atividades no Contexto Escolar (GP LACE) da PUC-SP. Atualmente é Assistente de Direção na EMEF Estação Jaraguá. Mora em São Paulo - SP. Contato: ssantella@hotmail.com